



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DA INSERÇÃO DA PSICOLOGIA E DO SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Ana Clara Serpa Cardoso¹
Fernando Santana de Paiva²
Luiza Miranda Furtuoso³
Maria Lúcia Duriguetto⁴
Viviane Souza Pereira⁵

Resumo: Este artigo apresenta uma sistematização da produção de conhecimento da inserção da Psicologia e do Serviço Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Engloba o período de 2007 a 2017. Identifica, nas produções, com quais objetivos as profissões atuam nos serviços; como compreendem os sujeitos; como se dá a inserção e a atuação interdisciplinar nos espaços. Compreende uma revisão em sete bases e bancos de teses e dissertações, obtendo uma amostra de oitenta e duas investigações. Os conteúdos possibilitam adensarmos os debates sobre os avanços e desafios da operacionalização do SUAS e da atuação interdisciplinar das profissões.

Palavras-chave: Estado da arte; SUAS; Serviço Social; Psicologia.

Abstract: This article presents a systematization of the knowledge production of the insertion of Psychology and Social Work in the Unified Social Assistance System (SUAS). It covers the period 2007 to 2017. It identifies, in the productions, with which objectives the professions act in the services; as subjects understand; as it is the insertion in the spaces and the interdisciplinary action. It comprises a review of seven databases and thesis and dissertation banks, obtaining a sample of eighty-two investigations. The contents allow us to broaden the debates about the advances and challenges of the operationalization of SUAS and the interdisciplinary work of the professions.

Key words: State of art; SUAS; Social Service; Psychology.

1) Introdução

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possui sua regularidade de gestão e funcionamento por meio de legislações, normativas e documentos orientadores. Dentre eles, em especial para esse estudo, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH) que estabelece as equipes profissionais, sua composição e atuação, indicando a presença do assistente social e do psicólogo. Desde antes de sua constituição, mas marcadamente após 2015, os esforços de construção do SUAS encontram um

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: vsp01@hotmail.com.

² Professor com formação em outras áreas, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: vsp01@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: vsp01@hotmail.com.

⁴ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: vsp01@hotmail.com.

⁵ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: vsp01@hotmail.com.

direcionamento contrário da política econômica vigente, o que coloca desafios de grande porte para sua materialização.

Entretanto, apesar das dificuldades para sua plena efetivação, a implementação do SUAS, a partir de 2005, representa um grande avanço no sentido do reconhecimento da política de assistência social como política de Estado e não de governos. O Sistema estrutura os serviços de assistência social em uma rede de proteção que se divide em básica e especial. Essa rede se constitui a partir de equipamentos públicos e, em parcerias, também privados, normalmente encabeçados por Organizações Não Governamentais (ONGs), o que também representa um dos entraves, uma vez que as parcerias por vezes encobrem ações de desresponsabilização do poder público para com a oferta dos serviços. O universo de trabalhadoras e trabalhadores do Sistema é heterogêneo e atravessa um contexto de fragmentação do trabalho e vínculos precários nos diversos espaços de inserção e nos três níveis de governo. As áreas de formação são diversas, prevalecendo Serviço Social e Psicologia. A realidade da política econômica impõe um cotidiano de trabalho marcado por grandes dificuldades. A falta de condições estruturais se traduz entre outros pontos, em um número insuficiente de profissionais, que atuam muitas vezes em dois ou mais municípios. Como a constituição das equipes é diversificada, o quadro que se apresenta é potente e ao mesmo tempo complexo, uma vez que cada categoria possui um histórico particular de constituição, organização política e sindical, preceitos, normatizações e concepções teórico-metodológicas que orientam a atuação. Sobre essa questão, Raichelis (2010) aponta que é preciso considerar o trabalho nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nos Centros Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) como um trabalho social e combinado, um trabalho coletivo, orientado por projetos profissionais que podem tanto convergir, quanto se contrapor. Tal perspectiva coloca em debate a direção política do trabalho e a qualidade dos serviços socioassistenciais, no intuito de construir processos interventivos que promovam protagonismos, principalmente dos usuários, para o fortalecimento da cultura democrática e de direitos. Assim, entender como o trabalho interdisciplinar é compreendido e realizado é fundamental tanto para o aprimoramento da atuação profissional, quanto para o fortalecimento do Sistema, ampliação da qualidade dos serviços e da política, como da perspectiva de direito que a afiança. E é no sentido de compreender esses determinantes postos de forma inicial, que esse estudo apresenta a organização da produção da área sobre esse debate, centrada nas profissões de Serviço e Psicologia na última década, na base pesquisada.

O Serviço Social é uma profissão constituída na dinâmica sócio-histórica das relações entre o Estado e as classes sociais no enfrentamento da questão social. Sua necessidade histórica e seu significado social estão, assim, diretamente ligados às formas de enfrentamento à questão social, pela via das políticas sociais (IAMAMOTO, 1982; 1998).

Participe ativa junto, por meio de suas entidades representativas, dos processos organizativos dos movimentos sociais que pressionaram o Estado na promulgação da LOAS e posteriormente na configuração do próprio SUAS, a categoria dos assistentes sociais possui uma grande vinculação com a política de assistência social, sendo essa área uma das mais expressivas em termos de inserções no mercado de trabalho desses profissionais. A atuação se expressa dentro da política em níveis de elaboração, gestão, execução, monitoramento, avaliação e controle social. Além de se dar, também e ao mesmo tempo, no campo da produção de conhecimento acadêmico e de atuação em entidades de defesa de direitos.

A Psicologia, todavia, somente nos últimos anos tem se aproximado do setor público, deparando-se com uma demanda historicamente distinta daquela que compôs durante muito tempo seu *fazer* profissional, marcado em sua trajetória por perspectivas individualizantes e elitistas. Essa inserção aconteceu muito atrelada ao termo do “compromisso social”, exigindo novos conhecimentos e práticas que estavam fora do escopo da profissão e de sua gênese (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). Apesar disso, a Psicologia ocupa hoje a segunda maior categoria de profissionais com formação de ensino superior nessa política, além de ser obrigatória nas equipes de referência (LIMA, 2014).

A partir da inserção dessas profissões no SUAS, esse trabalho apresenta uma revisão sistemática da produção de conhecimento sobre suas intervenções e desafios no Sistema. O intuito é contribuir para a revitalização do debate entre os profissionais, por meio de uma reflexão inicial de pontos que consideramos importantes e que foram identificados no levantamento realizado.

2) Metodologia

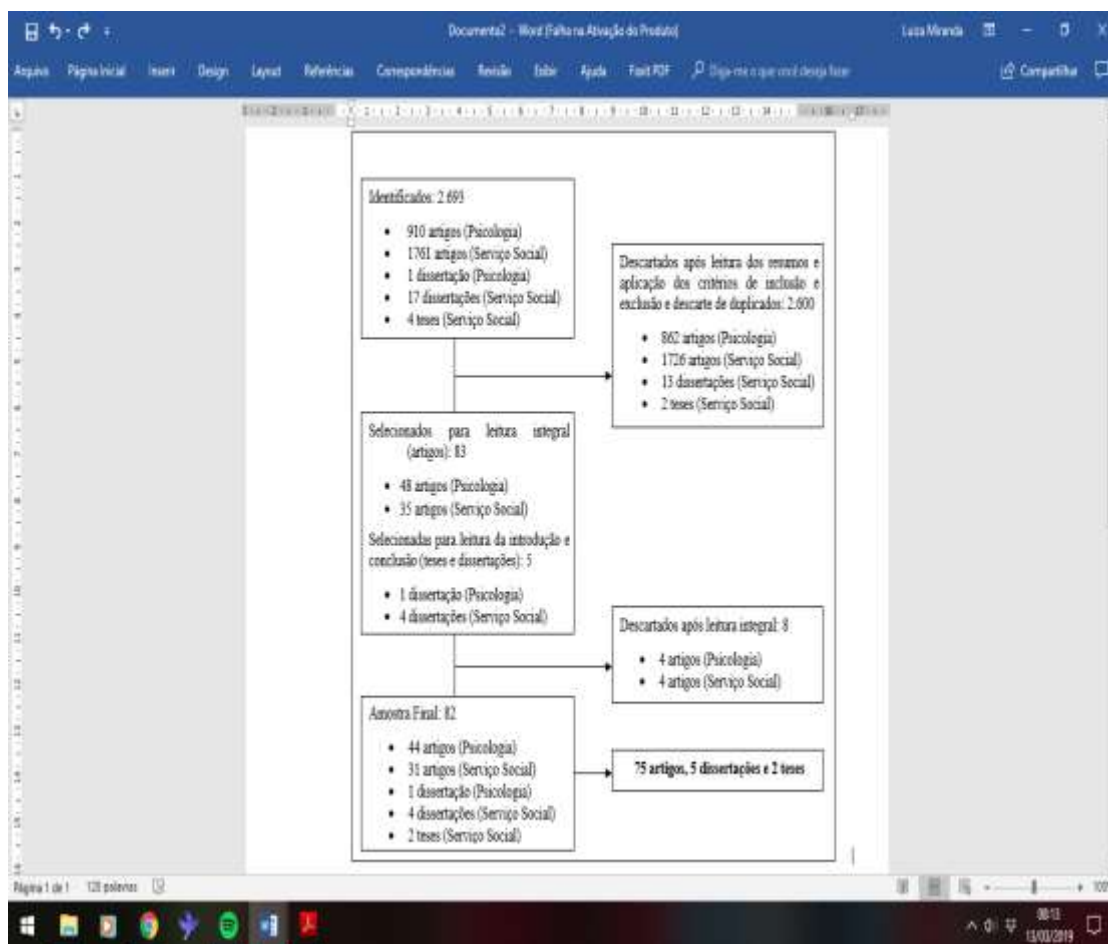
Trata-se de uma revisão sistemática, isto é, de uma revisão planejada elaborada com rigor metodológico para responder às perguntas formuladas a fim de identificar, selecionar e avaliar criticamente estudos encontrados, bem como coletar e analisar dados dos mesmos (ROTHER, 2007). A revisão foi desenvolvida em etapas, sendo a primeira de formulação das perguntas e a segunda de localização dos estudos, com periodicidade de busca de maio até outubro de 2018. Foram realizadas buscas nas bases de dados Scielo, Lilacs, Medline, Ibecs, Paho, Psycinfo e Web of Science, e também nos bancos de teses e dissertações dos programas de pós-graduação da PUC-SP, UFPE e UFRJ, que apresentam maior produção acerca da temática, compreendendo o período temporal de dez anos, de 2007 a 2017. Foram empregados os descritores *Psicologia* e *Serviço Social* cruzados a partir do operador booleano *AND*, com *SUAS*, *interdisciplinaridade*, *CRAS*, *CREAS*, *usuários na política de assistência*, *política pública*, *atuação profissional na política de assistência*, *formação profissional na política de assistência* e *participação comunitária na*

política de assistência. Foram incluídos estudos com resumos que contêm objetivos e resultados delimitados; trabalhos em língua portuguesa, inglesa e espanhola; estudos que abarcam resultados de pesquisas realizadas com usuários, profissionais e gestores da PNAS; relatos de experiência profissional; e estudos teóricos sobre a atuação profissional nesta área e excluídos resumos duplicados; materiais didáticos; estudos que não estivessem em português, inglês ou espanhol; e resumos sem objetivos ou resultados delimitados.

A partir da leitura dos resumos, os critérios foram empregados resultando em uma amostra de 83 artigos, 5 dissertações e 2 teses. Os artigos foram lidos na íntegra e as teses e dissertações tiveram lidas suas introduções e conclusões. Foram descartados 4 artigos da *Psicologia* e 4 do *Serviço Social* que não estavam de acordo com os critérios supracitados. Os estudos selecionados foram tabulados, com discriminação dos seguintes itens: título, ano, periódico e base de dado, no caso de artigos; e instituição, no caso das dissertações e teses; além de descrição do tema de estudo, método (natureza dos estudos e instrumentos), resultados encontrados, público-alvo (participantes) e local de realização do estudo (região geográfica, estado, município e equipamento) para ambos os casos.

A amostra final obtida é composta por 75 artigos, 5 dissertações e 2 teses, sendo 44 artigos obtidos a partir do descritor *Psicologia*, 31 a partir de *Serviço Social*, 1 dissertação da *Psicologia* e 4 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado do *Serviço Social*. O processo de busca, do ponto de vista quantitativo, foi ilustrado na Figura 1. Por fim, a análise dos estudos baseou-se na análise descritiva e quantitativa dos indicadores bibliométricos da amostra final, e na análise qualitativa do conteúdo do tipo temática da qual foram extraídas 6 categorias a partir da leitura na íntegra dos estudos, que a despeito de estarem descritas separadamente, possuem entrelaçamentos e relações entre si. Para a análise do conteúdo foram implementadas três fases procedimentais: 1) pré-análise: leitura flutuante e familiarização com os estudos; 2) exploração do material: categorização; e 3) tratamento dos resultados: inferência e interpretação das categorias (BARDIN, 2010; URQUIZA; MARQUES, 2016).

Figura 1 - Fluxograma do processo de busca e coleta dos estudos



Fonte: elaboração própria dos autores

3) Resultados e discussão

3.1. Indicadores Bibliométricos:

A revisão é composta por 82 estudos distribuídos entre artigos, teses e dissertações, conforme explicitado. O ano de 2017 é o de maior incidência de publicações (17 estudos no total), onde o número de estudos mais do que dobrou em relação a mais da metade dos anos anteriores. Na sequência, os demais anos com maiores números de estudos foram: 2015 (13 estudos), 2014 (10), 2013 (9), 2016 e 2011 (8 cada), 2012 (7), 2010 (5), 2009 (4) e 2007 (1), 2008 não registrou publicações.

A maioria dos artigos foi selecionada no Scielo (22 e 16 artigos, respectivamente), seguido por Lilacs (21 artigos da Psicologia e 15 artigos do Serviço Social), Ibecs e Psycinfo (1 artigo em cada para a Psicologia), e nenhum artigo nas bases de dados Medline, Paho e Web of Science. Houve uma concentração de publicações em periódicos da Psicologia, dentre eles *Psicologia & Sociedade* e *Psicologia: Ciência e Profissão*, 10 artigos em cada uma, além de revistas multidisciplinares, interdisciplinares e de políticas públicas. Já no que tange às teses e dissertações, entre os bancos de dados dos cursos de pós-graduação da PUC-SP, UFPE e UFRJ, foram incluídas na amostra final apenas estudos da PUC-SP, 7 no total.

Os estudos em sua maioria são de natureza qualitativa, embora tenham sido encontrados outros quantitativos e quanti-quali. No que diz respeito à metodologia empregada, os artigos referentes à Psicologia utilizaram em maior quantidade entrevistas (21 trabalhos), revisões bibliográficas (12), observação participante (5), diário de campo e grupo (4 em cada), questionários e mapeamentos (3 em cada), além de outras metodologias como história oral, análise de prontuários, pesquisa documental, relatos de experiência e inserção ecológica, caracterizando uma maior variação e multiplicidade metodológica. Por sua vez, os achados referentes ao Serviço Social utilizaram pesquisa bibliográfica (16 trabalhos), entrevista (9), questionário (3), além da inserção ecológica e workshops. Já nas teses e dissertações predominou o uso de entrevistas (5), seguido de pesquisa bibliográfica (3) e documental (2), grupos focais e questionários (1 em cada), onde predominou o uso de mais de um instrumento por estudo.

O grande público-alvo das intervenções e estudos foram profissionais SUAS, assistentes sociais e/ou psicólogos (43 estudos) e usuários (16 estudos), estando o restante dos estudos distribuídos entre estudos com estagiários, técnicos e revisões (narrativa e sistemática). Por fim, predominou uma concentração de estudos realizados em equipamentos (CRAS e CREAS) da região sudeste (21 estudos, sendo 11 da Psicologia e 10 do Serviço Social), seguido da região nordeste (20 estudos, sendo 14 da Psicologia e 6 do Serviço Social), região sul (5 estudos do Serviço Social), região centro-oeste (1 estudo da Psicologia). E, em contrapartida, houve estudos que não especificaram locais e outros não foram incluídos por serem revisões. Esses dados corroboram com a grande concentração de equipamentos nas regiões nordeste e sudeste tal como descrito por MACEDO *et al.* (2011).

3.2. Categorias Temáticas Identificadas:

3.2.1. Perfil profissional

O perfil profissional diz respeito em sua maioria a profissionais do sexo feminino, com vínculos empregatícios flexíveis/temporários, não-concursados e, no caso da Psicologia, com estágio e/ou especialização voltados para as áreas de clínica, organizacional, escolar ou hospitalar (OLIVEIRA *et al.*, 2014; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010), a maioria tem formação recente, atuação na PNAS por oportunidade e não por interesse em maior parte dos casos e pouco tempo de atuação na área (OLIVEIRA, 2011; REIS; CABREIRA, 2013). Se tratando do Serviço Social, o perfil profissional é composto majoritariamente pelo sexo feminino; poucos são concursados, sendo em sua maioria apenas graduados, havendo profissionais atuantes na área da assistência desde a formação, como também aqueles que estão tendo a primeira experiência na área.

3.2.2. Condições de trabalho

Um dos pontos de maior destaque nos estudos foram as condições de trabalho dos profissionais. Foram relatados vínculos frágeis, flexíveis e informais de trabalho, com alta rotatividade, baixos salários (em média dois salários mínimos) e alta carga horária com regime de até 40h semanais para os psicólogos (MOTTA; CASTRO; PIZZINATO, 2015; MACEDO *et al.*, 2011; SOUZA; GONÇALVES, 2017; LEÃO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2014; FREIRE; ALBERTO, 2013). Como efeitos dessas condições, podem ser citados: descontinuidade das ações, fragmentação dos serviços, fragilização na articulação da equipe e jornadas múltiplas de trabalho ou trabalho noturno em distintas áreas para complementação de renda (MACEDO; DIMENSTEIN, 2012; MACEDO *et al.*, 2011; SOUZA; GONÇALVES, 2017) e adoecimento (DETTMANN; ARAGÃO; MARGOTTO, 2016).

Cabe ressaltar, no âmbito do Serviço Social, que o número de profissionais está abaixo do que estabelece a NOB/RH (2006), o que aumenta a precariedade do trabalho diante da grande demanda e, como apontado, contribui para o processo de adoecimento de muitos trabalhadores. Há uma compreensão por parte dos profissionais, advinda da própria formação, de que essa precarização das condições de trabalho é produzida pela própria lógica da sociabilidade capitalista e que é a mesma dinâmica que influencia direta e negativamente o funcionamento das políticas públicas nas quais eles atuam.

3.2.3. Inadequação das práticas da Psicologia e do Serviço Social

No tocante aos estudos que incluem a atuação do psicólogo no SUAS, foi verificada: execução de atividades que não são previstas na política e que não são atribuições dos profissionais em grande incidência, por vezes até mais recorrentes do que as ações previstas (OLIVEIRA *et al.*, 2014); formas individualizantes de atendimento onde a clínica atua como carro chefe da profissão e primazia de modelos psicologizantes (MACEDO *et al.*, 2015a; MACEDO; PESSOA; ALBERTO, 2015b; SOUZA; GONÇALVES, 2017); falta de clareza sobre a atuação profissional, o que leva à emergência da clínica tradicional como uma zona de relativo conforto (MACEDO *et al.*, 2015a; OLIVEIRA *et al.*, 2011); déficit sobre o campo/interior/ruralidade: o campo está afastado das intervenções do serviço público e da atuação da Psicologia (REIS; CABREIRA, 2011); amenização do sofrimento psíquico sem confrontá-lo com a realidade social que o gera (MACEDO *et al.*, 2015a); ações pontuais, descontínuas e descontextualizadas da realidade social mais ampla (SOUZA; GONÇALVES, 2017); tecnicismo e praticismo: mera execução da política sem questionamentos ou proposições, com carência de uma perspectiva crítica, reflexiva e investigativa (MACEDO; PESSOA; ALBERTO, 2015b; DETTMANN; ARAGÃO;

MARGOTTO, 2016; LEÃO, OLIVEIRA; CARVALHO, 2014); e problemas na formação: hegemonia da clínica, elitização, falta de discussão sobre as políticas públicas, falta de incentivo à uma postura mais crítica (MACEDO *et al.*, 2015a).

Já, no que diz respeito ao Serviço Social, assim como na Psicologia, há uma tendência por parte dos profissionais de realizar tecnicismo e praticismo, sendo utilizada como justificativa pela maioria a sobrecarga de trabalho e a própria dinâmica da política que acaba acarretando em uma intervenção superficial para os usuários. Além disso, no que tange ainda à inadequação das práticas do Serviço Social, é notável a dificuldade tanto dos próprios profissionais quanto do restante da equipe em conseguir discernir o que é ou não é atribuição privativa da profissão.

3.2.4. Interdisciplinaridade

De acordo com Ortiz (2011), a interdisciplinaridade permite vislumbrar o usuário como um todo, inserido num contexto social que vai muito além das suas condições de vida e de suas escolhas pessoais, pois o trabalho interdisciplinar deve ser orientado por uma perspectiva de totalidade, que supere as expressões fragmentadas da “questão social” tidas atualmente como situações naturais do cotidiano. No entanto, há uma dificuldade em realizar trabalho em equipe por partes dos profissionais pois, segundo eles, predomina a crença de que este atrapalha a atribuição de competências. Ademais, existe uma dicotomia onde a Psicologia supostamente fica responsável pela “psiquê”, por tratar de questões subjetivas e vinculadas aos processos de saúde-doença, enquanto o Serviço Social seria responsável pela “área social” e por tratar das dificuldades econômicas e mais objetivas. Além dessa dicotomia, como colocado por BARBOSA *et al.* (2013), predomina uma compreensão/atuação restrita do termo: os profissionais afirmam conhecer e desenvolver a interdisciplinaridade, mas quando indagados sobre, não conseguem exemplificar trabalhos e nem ações desenvolvidas.

3.2.5. o histórico da política e os impactos no trabalho profissional

O assistencialismo, a benemerência, o “damismo” e a religiosidade foram apontados como obstáculos para a política e para construção de estratégias cotidianas e coletivas, de trabalho, pois fazem com que aquilo que é direito do usuário seja visto como ajuda, gerando não compreensão por parte dos usuários da necessidade de reivindicação e de organização em prol da reestruturação da política, sob o viés da universalidade e da garantia de direitos. Ou seja, essa herança assistencialista marcante no surgimento da política, e ainda presente nos dias de hoje, é um dos fatores que contribui para dificultar o processo de mobilização e organização popular.

3.2.6. Usuários

No que diz respeito aos usuários do SUAS, a maioria são mulheres, inclusive dentre os programas de transferência de renda, como no caso do Programa Bolsa Família (PEREIRA, 2014). Dentre os aspectos que marcam os sujeitos atendidos estão: a resignação como um dos traços mais característicos encontrados, conformismo, apatia e espera de alguma ajuda divina (SOUZA; GONÇALVES, 2017). Predomina por parte dos sujeitos destinatários uma percepção positiva dos equipamentos e do quanto estes são importantes para as famílias e comunidade, já os fatores distância e rotatividade de profissionais foram sinalizados como aspectos negativos em determinado estudo (ANDRADE; MORAIS, 2017).

Existe uma compreensão por parte da maioria dos trabalhadores do Serviço Social acerca da realidade social, na qual estão inseridos os usuários da política, favorecendo a não-culpabilização do indivíduo na intervenção profissional, compreendendo a garantia de direitos como dever do Estado e direito do usuário e a situação de pobreza e o conjunto de desigualdades sociais como manifestações e refrações da “questão social” imanente ao capitalismo. Apesar disso, não há uma compreensão por parte da maioria dos usuários da política como um direito e muitos acabam se sentindo envergonhados por procurarem os equipamentos e até mesmo retribuem aos profissionais com algo para agradecer a "ajuda" que lhes foi oferecida. Em suma, predomina um desconhecimento da população no que concerne a política, refletindo a falta de articulação com a sociedade no processo de construção e efetivação dessa política pública asseguradora de direitos.

No que diz respeito à Psicologia, especificamente, predomina uma incompreensão quanto ao lugar da Psicologia no SUAS, tanto pelos profissionais quanto pelos usuários, pois essa ainda é entendida como prática liberal e privada, ligada ao diagnóstico e acompanhamento psicológico (MACEDO; PESSOA; ALBERTO, 2015); bem como culpabilização do usuário pela sua condição social por parte desses profissionais (PEREIRA; GUARESCHI, 2017; SOUZA; MARIN, 2017; SICARI; OLIVEIRA; PEREIRA, 2015).

Como perspectiva com vistas a superação dessas problemáticas e desafios antepostos, os estudos pontuam: a articulação dos trabalhadores da assistência social em prol da luta por melhores condições de trabalho, o que irá reverberar em um melhor atendimento às famílias atendidas (ANDRADE; MORAIS, 2017); formas participativas que envolvam de forma mais ativa a população destinatária, superando relações de dependência e clientelismo construídas historicamente e ainda impregnadas nas políticas públicas (ANSARA; TAFFARELLO, 2015); organização e mobilização popular dos sujeitos que são alvo da intervenção, visando uma aproximação dos profissionais com os movimentos e organizações dos trabalhadores dos bairros em que seus equipamentos estão inseridos.

4) Conclusão

O levantamento viabilizou o conhecimento e a sistematização dos aspectos circunscritos à produção científica da inserção da Psicologia e do Serviço Social no domínio do SUAS. As categorias encontradas perpassam a realidade das políticas públicas em tempo de avanço neoliberal e denotam elementos que precisam ser melhor trabalhados.

O quadro evidenciado nos estudos sistematizados tende a se agravar diante do avanço do conservadorismo e do processo de desmonte do Estado e da estrutura da seguridade social. As limitações postas ao trabalho interdisciplinar e ao avanço do processo de democratização da política de assistência social são vastas e diretamente vinculadas aos rumos da política econômica em vigor no país. Um processo de desmonte da seguridade social, aliado ao enxugamento da estrutura já diminuta do estado brasileiro, em articulação com a já em vigor desde 2018, reforma trabalhista, acirra as dificuldades e impõe ainda mais a organização e o trabalho coletivo como alternativa de qualificação do serviço ofertado.

O exercício da Psicologia no campo da proteção social exige do profissional a criação de estratégias, métodos, técnicas e tecnologias de trabalho que não podem ser uma reprodução mimética de outros campos e contextos, superando os individualismos, o elitismo e a inadequação de práticas e saberes. Ao Serviço Social cabe reafirmar a construção coletiva de alternativas que, não sendo endógenas à profissão, caminhem no sentido de fortalecimento das demandas que estão postas ao conjunto dos trabalhadores, àqueles que fazem uso dos sistemas de proteção social no país. Essas estratégias se fazem a partir de uma compreensão profissional que situa o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e, portanto, no embate de forças societárias.

Dessa forma, entendemos que estudos como os sistematizados podem contribuir para uma análise crítica/constructiva da atuação profissional e para a construção coletiva de alternativas que possibilitem a melhoria dos serviços ofertados, sobretudo no contexto atual de desmonte dessa política por parte dos cortes orçamentários e da cartilha neoliberal em curso. Além disso, podem auxiliar a traçar os caminhos de uma política que não termine em si mesma, mas que possa fomentar processos de sensibilização dos usuários e auxiliar no processo político emancipatório desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M.; CARDOSO, F.G. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/ Abepss, UnB, p. 593-608, jun 2009.
- ANDRADE, A. G.; MORAIS, N. A. Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.37, n.2, p. 378-392, jun. 2017.
- ANSARA, S.; TAFFARELLO, I. O trabalho psicossocial em rede: uma experiência no município de Cajamar. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v.10, n.1, jan.-jun. 2015.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BARBOSA, Juliana Alves; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Interdisciplinaridade: a percepção dos trabalhadores sociais dos centros de referência de assistência social (CRAS). **Publ. UEPG Ci. Hum., Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa, 21. pág 197-209, jul/dez. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 54-71, 2017.
- BRASIL. **Lei 8.742, de 07 de Dezembro de 1993**. Brasília, 1993.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília, 2005.
- BRASIL. **Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas)**. Brasília, 2006.
- CFESS/CRESS. **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, CFESS/Cress/Ufal, 2005
- Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL.
- COUTO, B. R. et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.
- DETTMANN, A. P.; ARAGÃO, E. M.; MARGOTTO, L. R. Uma perspectiva da Clínica Ampliada: as práticas da Psicologia na Assistência Social. **Fractal, Revista Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 362-369, sept. 2016.

ENGLES, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. Trad. B. A. Schumann. Ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

FREIRE, M. L.; ALBERTO, M. F. Centro de Referência Especializada de Assistência Social: suporte organizacional para atuação do psicólogo. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 167-182, dez. 2013.

IAMAMOTO, M V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. SP: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. SP: Cortez, 1998.

LEÃO, S.; OLIVEIRA, I.; CARVALHO, D. O Psicólogo no Campo do Bem-Estar Social: atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 264-289, abr. 2014.

LIMA, V. C. **Psicologia da pobreza e pobreza da Psicologia**: um estudo sobre o trabalho de psicólogas(os) na política pública de assistência social. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - PUC-SP, São Paulo, 2014.

MACEDO, J., SOUSA, A., CARVALHO, Carvalho, D., MAGALHÃES, M., SOUSA, F., DIMENSTEIN, M., O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 3, p. 479-489, jul.-sept. 2011.

MACEDO, O. J.; ALBERTO, M. F.; SANTOS, D. P.; SOUZA, G. P.; OLIVEIRA, V. S. Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 809-823, sept. 2015a.

MACEDO, O. J.; PESSOA, M. C.; ALBERTO, M. F. Atuação dos Profissionais de Psicologia Junto à Infância e à Adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 916-931, sept. 2015b.

MOTTA, R. F.; CASTRO, T. G.; PIZZINATO, A. A psicologia nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): um panorama das publicações científicas brasileiras de 2004 a 2014. **Liber.**, Lima, v. 21, n. 2, p. 341-348, jul. 2015.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, v. 3, n. 1, p. 12-24, 2001.

OLIVEIRA, I. F.; OLIVEIRA, N. L.; NASCIMENTO, M. N.; ARAÚJO, R. L.; COELHO-LIMA, F.; AMORIM, K. M. Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 103-112, 2014.

OLIVEIRA, I. F.; DANTAS, C. M.; SOLON, A. F.; AMORIM, K. M. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. **Psicologia e sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. spe, p. 140-149, 2011.

- ORTIZ, F. S. Interdisciplinaridade e assistência social. In: Conselho Federal de Serviço Social. **O trabalho do/a assistente social no SUAS: Seminário Nacional**. Brasília: CFESS, p. 188-199, 2011.
- PEREIRA, V. T. "Mulheres à procura de benefícios": o cenário do CRAS. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 41, p. 148-173, jul.-dez. 2014.
- PEREIRA, V.; GUARESCHI, P A Psicologia no CRAS: Um Estudo de Representações Sociais. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, e119584, 2017.
- Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília, DF, 2004. CFESS.
Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2010.
- RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out.-dez. 2010
- REIS, R.; CABREIRA, L. As políticas públicas e o campo: e o Psicólogo com isso?. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 33, n. spe, p. 54-65, 2013.
- ROTHER, E. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 20, n. 2, jun. 2007.
- SICARI, A.; OLIVEIRA, T.; PEREIRA, E. Grupos de discussão no CRAS: problematizando a pobreza e seus desdobramentos. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 88-101, 2015.
- SILVA, Jeane Andreia Ferraz Silva. Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 155-189, jan./jun. 2012
- SILVA, V.; MEDEIROS, M; SCHNEIDER, M. Ação profissional dos assistentes sociais no sistema único de Assistência Social: problematizações resultantes de uma pesquisa empírica no RS. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 10, n. 2, p. 345-355, ago/dez,2011.
- SOUZA, R. F.; GONÇALVES, A. L. A Mesmice Identitária: a (im)possibilidade de emancipação na política de assistência social. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, e171276, 2017.
- SOUZA, X. R.; MARIN, A. H. Intervenção com famílias em descumprimentos das condicionalidades do Programa Bolsa Família. **Saúde sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 596-605, jun. 201.
- SPOSATI, Aldaíza. **A lei orgânica da assistência social e a política de atenção à infância e à juventude**. Discutindo a assistência social no Brasil. Ministério da Previdência Social e Fundação do desenvolvimento administrativo. São Paulo, 1997.

SPOSATI, A. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.87, 2006.

URQUIZA, M. A.; MARQUES, D. B. Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica. **Entretextos**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 115-144, jan.-jun. 2016.

YAMAMOTO, O.H. Políticas sociais, 'terceiro setor' e 'compromisso social': perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v.19, n.1, p. 30-37, 2007.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. especial, pp. 9-24, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A assistência social na prática profissional: história e perspectivas**. [S.l.: s.n.]